

CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS
CTCOB
MINUTA ATA DA 49ª REUNIÃO

6Data: 2 e 3 de maio de 2007

7Local: SRH/BA Salvador Bahia

9PARTICIPANTES:

- 11 ● Ministério do Meio Ambiente-MMA-SRH: **Rodrigo Speziali de Carvalho**
12 (rodrigo.carvalho@mma.gov.br)
- 13 ● Ministério do Meio Ambiente-MMA-ANA: **Giordano Bruno Bomtempo-**
14 (giordanobruno@ana.gov.br)
- 15 ● Ministério da Agricultura-MAPA: **Eduardo Cadavid** (educa@sede.embrapa)
- 16 ● Ministério das Cidades: **Norma Lúcia de Carvalho**
17 (norma.carvalho@cidades.gov.br)
- 18 ● Ministério das Minas e Energia: **Christian André Haddad Govastki-**
19 (christian.gowastki@mma.gov.br)
- 20 ● Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Espírito Santo/Minas Gerais-
21 **Robson Monteiro dos Santos-** (rmonteiro@hotmail.com-
22 rmsantos@iema.es.gov.br)
- 23 ● Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Paraná/Mato Grosso- **Enéas Souza**
24 **Machado** (eneasmachado@sudersa.pr.gov.br)
- 25 ● Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- SP/RJ- **Eliseu Itiro Ayabe-**
26 (ayabe@sp.gov.br)
- 27 ● Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: **Luiz Fernando**
28 **de Arruda Gonçalves-** luiz.goncalves@copel.com
- 29 ● Irrigantes- **Jairo dos Santos Lousa –** (jairolousa@yahoo.com.br)
- 30 ● Usuário/Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e
31 Esgotamento Sanitário: **José Lavrador Filho-** jlavrador@sabesp.com.br)
- 32 ● Usuário/Setor Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo: **Ana**
33 **Cristina Mascarenhas-** (crismascarenhas@uol.com.br)
- 34 ● Usuário/Indústria: **Ricardo Menezes Kawabe-** (kawabe@fieb.org.br)
- 35 ● Comitês de Bacias Hidrográficas- **Dalto Favero Brochi-**
36 (dalto.favero@agua.org.br)
- 37 ● Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: **Sebastião**
38 **Pereria dos Santos** (sebastião santos@camaracampinas.sp.gov.br)
- 39 ● Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: **Jaildo Santos Pereira-**
40 (jaildo@yahoo.com)
- 41 ●

42CONVIDADOS:

- 44 ● **Simone Rosa Silva-** (simoni.rosa@srh.pe.gov.br)
- 45 ● **Luiz Henrique Batista-** (batista@srh.ba.gov.br)
- 46 ● **Luis Vinicius de Aragão Costa-** (luis.aragão@srh.ba.gov.br)
- 47 ● **Luiz Henrique Piheiro Silva-** (luiz.pinheiro@srh.ba.gov.br)
- 48 ● **Luzinalvo A Passos Jr –** (luzinalvo@srh.ba.gov.br)
- 49 ● **Leonice da Paz-** (leonicedapaz@camaracampinas.sp.gov.br)
- 50 ● **Urbano Medeiros Fernandes-** (umfernandes@terra.com.br)
- 51 ● **Yvonilde Dantas Pinto Medeiros-** (ymedeiros@terra.com.br)

- 52 ● **Wayner A de Freitas-** (wayner@srh.ba.gov.br)
- 53 ● **Carlos A Telles-** (cteles@terra.com.br)
- 54 ● **Elba Alves Silva-** (elba.silva@srh.ba.gov.br)

55

56 **RELATORIA:**

57

58 **Ednaldo Mesquita Carvalho** - SRH/MMA - Tel.: (61) 4009-1809

59 (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

60

61

62 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

63

64 Nos dias 2 e 3 de maio do ano dois mil e sete, com início às 15:00h do dia 2/05, a
65 Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB do Conselho
66 Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua 49.ª reunião em Salvador/ Bahia,
67 convocada há doze dias, tendo como presidente, o **Sr. Rodrigo Speziali** e como
68 relator, o senhor **Ednaldo Mesquita Carvalho**, com a presença de 16 dos seus
69 membros e 11 convidados. Item 1 - Apresentação sobre o processo de implementação
70 da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos no Estado da Bahia – **Dr. Júlio César**
71 **Sá Rocha** – Diretor Geral da SRH/Ba. O Presidente da CTCOB, **Sr. Rodrigo Speziali**,
72 enalteceu que o Estado da Bahia tem características regionais importantes. Lembrou
73 que duas experiências relacionadas à cobrança estão em implementação no Estado,
74 ambas deverão dar sustentabilidade econômica à Gestão de Recursos Hídricos. Na
75 presença do Diretor da SRH, agradeceu o apoio e a hospitalidade que permitirão a
76 realização da Reunião da CT em Salvador. O Diretor Geral da SRH/BA iniciou sua
77 palestra, apresentando um breve relato dos avanços obtidos pela instituição ao longo
78 de seus 12 anos de existência. Como exemplo de avanços recentes, listou - Ampliação
79 da gestão participativa com o lançamento de edital para criação de nove Comitês de
80 Bacias Hidrográficas, para se somar aos seis já criados; - Ampliação dos instrumentos
81 de gestão com aprimoramento da outorga, instituição do poder de polícia,
82 regulamentação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, tendo a SRH/BA como
83 Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos; -Regulamentação do
84 Fundo Estadual de Recursos Hídricos;- Início efetivo da cobrança pelo uso da água em
85 bacia piloto;- Adoção das Regiões de Planejamento e Gestão das Águas – RPGAs,
86 conforme concebido no Plano Estadual de Recursos Hídricos;- Revisão do regimento
87 da SRH/BA, ampliando, entre outras ações, a atuação das Casas de Recursos
88 Naturais;- Início dos estudos para diagnóstico e determinação de formas sustentáveis
89 de exploração dos aquíferos, com desenvolvimento de alternativa de engenharia;-
90 Programa do Seminário de Gestão Integrada da água a realizar-se em 26 de abril,

91envolvendo a estrutura estadual , visando a harmonização de conceitos e estratégias
92de trabalhos conjuntos. Especificamente sobre a cobrança, disse o **Dr. Júlio Rocha**
93que ela provoca críticas tanto por parte dos conservadores , como por aqueles
94esquerdistas extremados. Comentou que, aparentemente, é colocada a cobrança como
95algo de inspiração neo liberal o que não é verdade, porque na realidade, a cobrança é
96instrumento de governo. Registrou ainda que a SRH-BA, criada em 2002, tem como
97responsabilidades desde a previsão de tempo, fiscalização e gestão de reservatórios.
98Sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos que atualmente possui 21 membros
99e que no futuro poderá ter até 31 membros. Sobre a cobrança, foi comentado a
100respeito do Decreto que a instituiu, inclusive na forma de tarifa, como no Ceará com
101previsão de arrecadação da ordem 4 milhões de reais ano, sendo a EMBASA o maior
102usuário, ponderou que “a cobrança surge quando o sistema funciona como um todo”.
103Concordando com a colocação final do **Sr. Júlio Rocha**, o Presidente da CTCOB
104agradeceu o apoio dado pela SRH-BA para em seguida iniciar o item 2 da pauta-
105*Estudos de simulação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia*
106*Hidrográfica do Rio São Francisco - apresentação feita pelo Sr. Giordano Bruno em*
107*substituição do Sr. Rodrigo Flecha. PALESTRA ANEXA* – Explicou, inicialmente, o
108representante da ANA que as premissas adotadas no estudo sobre a simulação do
109potencial de arrecadação com a cobrança foram definidas pela Câmara Técnica de
110Outorga e Cobrança do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco –
111CTOC/CBHSF, com o apoio da ANA. Foram considerados, para fins de simulação, os
112mecanismos e valores adotados pelo CEIVAP, a partir de setembro de 2006. Também,
113para fins de simulação, foram consideradas as demandas do Plano Decenal da Bacia
114Hidrográfica do Rio São Francisco. Adotou-se, como critério, uma divisão da Bacia em
11532 unidades. A demanda foi distribuída por Estado e União para posterior estimativa de
116valores a serem arrecadados. As simulações indicaram um potencial de arrecadação
117da ordem de R\$ 41 milhões/ano, sendo R\$ 33 milhões referentes ao pagamento pelo
118uso da água de domínio dos Estados e R\$ 8 milhões referentes ao pagamento pelo
119uso da água de domínio da União. O estudo realizado pela ANA também avaliou a
120viabilidade financeira da Agência da Bacia do Rio São Francisco. Em Minas Gerais há
121o maior potencial de arrecadação, sendo o Rio das Velhas e Paraopeba aqueles
122afluentes que tem o maior percentual de arrecadação no Estado. Nas previsões feitas ,
123nos valores a serem arrecadados não estão previstos aqueles decorrentes da
124transposição de bacia . Foi informado pelo representante da ANA que, se for
125considerado que a vazão a ser transposta de 26m³/seg e uma estimativa de preço da

126 ordem de R\$0,015 por m³, os valores a serem arrecadados subiriam para 12 milhões
127 ano. Por outro lado, o valor estimado para custeio de uma agência de bacia será de R\$
128 1,6 milhões/ano, o que representa 5,0% dos recursos decorrentes do pagamento pelo
129 uso da água de domínio dos Estados, 21,4% do pagamento pelo uso da água de
130 domínio da União e 4,1% do total. A conclusão que se chegou, após estudos
131 concluídos, é que a viabilidade da agência não poderá ser assegurada apenas com a
132 cobrança pelo uso da água de domínio da União. Concluiu sua apresentação, dizendo
133 que maiores informações sobre o Estudo Prognóstico sobre a Viabilidade Econômico-
134 Financeira para a Criação da Agência da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco,
135 desenvolvido pela ANA, podem ser obtidas no site do Comitê do São Francisco
136 (www.cbhsaofrancisco.org.br). O Presidente da CTCOB agradeceu o representante
137 da ANA pela apresentação e passou para o Item 3 da pauta - *O processo de*
138 *implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia do rio São*
139 *Francisco – pela Secretária Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São*
140 *Francisco* **Sra. Yvonilde Medeiros**, conforme palestra, disse inicialmente que a área
141 muito grande da Bacia Hidrográfica causa desequilíbrios extremos nos aspectos
142 físicos geográficos e climáticos e sociais e que 44% da área da bacia encontra-se no
143 semi árido. O Comitê foi criado no ano de 2001, mas a posse dos conselheiros só
144 ocorreu em 2003. A diretoria é composta por sete membros, sendo quatro diretores
145 regionais. Foi dada ênfase à oficina de articulação entre o Comitê São Francisco e os
146 comitês de rios de domínio dos estados, realizada nos dias 28 e 29 de 2006,
147 objetivando a gestão integrada da bacia. Naquela oportunidade, surgiu a necessidade
148 e importância da criação de uma Agência de Bacia e implementação da Cobrança,
149 tudo isto devidamente formalizado na Deliberação no 30, de 14 de julho de 2006 –
150 que dispõe sobre mecanismos para criação de Agência de Água da BHSF e a
151 Deliberação no 31, de 14 de julho de 2006 – dispõe sobre mecanismos para
152 implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na BHSF.
153 Comunicou a **Prof. Yvonilde Medeiros** que, diante desta conjuntura, a criação da
154 Agência de Bacia e a cobrança são temas prioritários na pauta do comitê. A **Prof.**
155 **Yvonilde Medeiros** comentou que existe uma série de estudos que já foram ou estão
156 sendo desenvolvidos para a bacia do rio São Francisco. Esses estudos estão
157 disponíveis no site do comitê (www.cbhsaofrancisco.org.br). Sintetizando, disse a
158 representante do CBHSF, que as maiores inquietações que preocupam todos aqueles
159 que atuam no comitê são: - é uma bacia hidrográfica com diferenças e desigualdades.-
160 existe uma grande parcela da bacia na região semi-árida.-o maior usuário (o setor

161elétrico) registrou que os recursos decorrentes da compensação financeira do setor
162deveriam ser, de fato, disponibilizados para a bacia. Após apresentação da Profª. , o
163presidente da CT pediu a todos que se apresentaram inicialmente para retornarem à
164mesa e iniciou os debates e esclarecimentos sobre os temas apresentados. O **Sr.**
165**Jaido Santos, representando a ABRH**, pediu esclarecimentos ao Representante da
166SRH-BA sobre instrução normativa citada que regulamenta a política estadual de
167recursos hídricos de 20/12/06 , aprimora os instrumentos de gestão e sobre qual o
168instrumento legal que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos constituído.
169O **Sr. Luiz Henrique, diretor da SRH-BA**, comentou sobre a nova Lei que está sendo
170revista em audiências públicas. A instrução normativa citada foi precedida de um
171decreto. Não informou o número dos respectivos instrumentos legais. Sobre o fundo
172constituído, o Diretor não dispunha no momento das informações para esclarecimentos
173das dúvidas, mas prometeu pesquisar e informar posteriormente. O **Sr. Dalto Favero**
174perguntou se os estados estão receptivos ou dispostos a disponibilizar pelo menos 1%
175da compensação financeira do setor elétrico para a gestão da Bacia do Rio São
176Francisco pela futura agência a ser criada. Ainda indagou ao Técnico da ANA sobre o
177critério adotado para o estabelecimento da distância de 5km para os municípios a
178serem considerados como usuários da água da bacia. O **Sr. Giordano Bruno** explicou
179que este procedimento foi adotado para facilitar a simulação pela ausência de
180cadastro de usuários da bacia. Da mesma forma, a **Prof. Yvonilde Medeiros**
181complementou os esclarecimentos, dizendo mais uma vez sobre a importância do
182estudo para facilitar a tomada de decisão para a criação da agência, tudo o que foi feito
183e foi discutido no âmbito de câmaras técnicas do Comitê. Sobre a disposição dos
184estados em viabilizar recursos da compensação financeira, a **Prof Yvonilde Medeiros**
185disse que as discussões e negociações estão acontecendo e há otimismo. O **Sr. Jairo**
186**Lousa**, depois de cumprimentar e parabenizar pelas apresentações, afirmou que a
187cobrança é um instrumento difícil de ser implementado. Ponderou que recursos para o
188custeio da gestão dos Recursos Hídricos no Brasil já existem na forma dos 0,75% do
189setor elétrico e ainda deveriam ser alocados parte dos 6% da compensação financeira
190para a mesma finalidade. Entende que a sustentabilidade da gestão dos Recursos
191Hídricos deveria ser de impostos e não decorrentes do pagamento pelo uso da água.
192As discussões e ações devem ser focadas nos recursos já disponíveis por Lei. É no
193setor elétrico que se encontra a solução para o financiamento da gestão dos Recursos
194Hídricos. O **Sr. Robson Monteiro**, concordando com o **Sr. Jairo Lousa** também
195considera os recursos do setor elétrico como aqueles que estão disponíveis e

196destinados à gestão. Recomendou que seja implementada uma agência única para
197toda a bacia. Perguntou se de fato o Fundo de Recursos Hídricos de Minas Gerais
198impede a aplicação de recursos fora do estado. Foi dito que de fato isso acontece, há
199necessidade de se atentar para este fato quando da implementação da agência do
200CBHSF. Encerrando as atividades do primeiro dia, o presidente da CTCOB, **Sr.**
201**Rodrigo Speziali**, sugeriu que este tema seja novamente pautado em outra reunião da
202Câmara. Em seguida todos aqueles que fizeram suas apresentações agradeceram a
203oportunidade de estar naquela reunião e se dispuseram a esclarecer outros pontos
204que por ventura não tenham sido devidamente claros.

205O segundo dia da reunião aconteceu a partir das 9:h20, iniciando o *Item 4 - Informes*
206*e aprovação das atas da: 47ª e 48ª reuniões da CTCOB-* Foi informado inicialmente
207que os itens 6 e 7 da pauta ficaram prejudicados pela impossibilidade da presença da
208**Conselheira Patrícia Boson e do Prof. Almir Cirilo**, Presidente do Comitê Gestor do
209Fundo de Recursos Hídricos - CTHIDRO. Sobre este assunto que será pautado em
210outra reunião, foi dito pelo Presidente da CTCOB, que o CTHIDRO está
211desenvolvendo diversos estudos em diversas universidades relacionados à Cobrança.

212A intenção, ao convidar o **Dr. Almir Cirilo**, é era a de abrir um canal de comunicação
213com o Fundo. Pretende-se obter informações a respeito dos projetos e ainda estar
214inserido em possíveis discussões técnicas mais efetivas, concluiu o **Sr. Rodrigo**
215**Speziali**. Continuando aos informes, foram dadas explicações sobre a nova estrutura
216do MMA decorrentes de um planejamento estratégico implementado no âmbito do
217ministério. O Ministério do Meio Ambiente, agora formado por quatro Secretarias:
218Mudanças do Clima e Qualidade Ambiental; Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos;
219Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável; e de Articulação Institucional e
220Cidadania Ambiental. Também foi apresentada as futuras mudanças que devem
221ocorrer na estrutura do IBAMA com a criação do Instituto Chico Mendes de
222Conservação da Biodiversidade, pela Medida Provisória n.º 366, de 26 de abril de
2232007. Continuando os informes, o Presidente da CTCOB comunicou sobre a
224realização, possivelmente em agosto, de um um seminário sobre a cobrança pelo uso
225da água, voltado para o setor usuário e que, muito provavelmente, esse evento será
226realizado na cidade do Rio de Janeiro. A programação para esse seminário está sendo
227construída e deverá ser divulgada proximamente. Para a realização do evento será
228formada uma parceria entre a SRHU, FIRJAN, SERLA, o Jornal Valor Econômico e
229outras instituições usuárias da água. O objetivo do evento será o de abrir o diálogo com
230os usuários, com ênfase para a Indústria, Saneamento e Agricultura. Dando

231continuidade , foram aprovadas sem emendas as atas das reuniões 47ª e 48ª.
232Especificamente sobre a reunião 48ª que foi realizada quando da Oficina de
233Detalhamento dos Sub programas do PNRH, o **Conselheiro Jairo Lousa** indagou
234sobre o tratamento dado às sugestões formuladas aos conteúdos. Foi explicado pelo **Sr.**
235**Rodrigo Speziali** que foram contratados consultores especialmente para esta
236finalidade. *Item 5- Plano de ação CTCOB 2007/2008-* O Presidente da CTCOB,
237auxiliado pelo Relator, procuraram inicialmente informar ao grupo os antecedentes que
238levaram a divulgação de uma relação de ações consideradas como prioritárias ou
239fundamentais Após relato de esclarecimento sobre cada ação, o **Sr. Rodrigo Speziali**
240sugeriu manter como primeira ação prioritária a formação e dinamização do GT,
241decorrente da Resolução 70 do CNRH. Posteriormente, foram propostas algumas
242aglutinações de ações correlatas. O produto desta discussão deu origem à relação de
243ações a seguir: 0-GTAAC - Grupo de Trabalho Permanente para acompanhamento da
244aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos (Fonte 134)
245Resolução 70.-1 - Reforço das Garantias do Retorno dos Recursos da Cobrança Pelo
246Uso da Água / Marco Regulatório(segurança jurídica) da Cobrança (fonte 116). -2
247-Ações para descontingenciamento dos recursos provenientes do setor hidrelétrico
248(fonte 134). -3- Desenvolvimento de indicadores para avaliação da cobrança.- 3.1-
249Acompanhamento da implementação da cobrança nas Bacias onde já foi
250implementado o instrumento.-3.2- -Preparação de relatórios de avaliação da aplicação
251da cobrança pelo uso da água, no CEIVAP e PCJ, bem como relatório do estágio de
252implantação nos demais comitês, contendo conclusões e propostas de
253encaminhamento.-4 - Análise de impacto da cobrança sobre os usuários.-5- Estudos de
254viabilidade e alternativas de financiamento para implementação da política de recursos
255hídricos com suas interfaces com a cobrança.-5.1- Avaliação de compatibilidade dos
256trabalhos da CTCOB e resoluções do CNRH referentes à cobrança, com as diretrizes,
257metas e programas do PNRH.-6- Procedimentos Fluxos Critérios e Metodologia de
258Cobrança.-6.1- Mecanismos alternativos para procedimentos dos fluxos financeiros
259para a cobrança pelo uso da água, incluindo caminhos para aplicação de recursos
260reembolsáveis. -7- Avaliação da cobrança frente as especificidades regionais. Como
261encaminhamento posterior procurou-se estabelecer os responsáveis para montar um
262plano de trabalho, contendo a maneira ou forma de como abordar os temas elencados.
263Foi dito que a criação de grupos não pode ser considerada como a única forma
264plausível para o aprofundamento do tema. Iniciadas as discussões sobre os diversos
265temas, o **Sr Jairo Lousa** indagou sobre a utilidade que vem sendo dada aos recursos

266da compensação financeira do Setor Elétrico no Estado de Tocantins . A **Sra. Norma L.**
267**De Carvalho, representando o Ministério das Cidades**, comentou que já há o
268reconhecimento na nova política de Saneamento sobre a de Recursos Hídricos,
269portanto concluiu, não havendo necessidade de novos aprofundamentos sobre o tema
270na CTCOB. *Item 8- Encaminhamentos decorrentes da Resolução n.º 70 de 19/03/07*
271*do CNRH-* O Presidente da CTCOB explicou que conforme Art. 9.º da referida
272resolução, “ fica instituído Grupo de Trabalho permanente no âmbito da CTCOB, com
273as seguintes atribuições” ,entre outras , a de “acompanhar a aplicação dos recursos da
274cobrança em conformidade com as prioridades estabelecidas”. O **Sr. Rodrigo Speziali**
275também informou que o processo para o levantamento das prioridades foi deflagrado e
276que as informações serão encaminhadas à ANA até o dia 21/05. Após, a CTIL iria
277formular uma nova proposta de resolução que seria levada à plenária do CNRH em
278reunião no mês de Junho. Sobre a constituição do GT a sua composição proposta foi a
279seguinte: Representantes de Estado: MMA, representado pela SRHU e ANA.
280Representante dos Usuários- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica.
281Representante dos CERH- Estado do Paraná. Representante das Organizações Civis
282de Recursos Hídricos- Organizações Técnicas ou Comitês e Consórcios, a primeira
283reunião do GT será convocada pela CTCOB. Para as demais ações prioritárias
284estabelecidas pelos membros da CTCOB, ficou decidido, após consulta, que membros
285da CTCOB deveriam elaborar para a próxima reunião uma estratégia de trabalho para
286ser adotada quando do aprofundamento dos temas prioritários. Apresentaram-se para
287fazê-lo: **Sr. Rodrigo Speziali**, tentar apoio do Sr. Cláudio de Mauro . Ação 1 - Reforço
288das Garantias do Retorno dos Recursos da Cobrança Pelo Uso da Água / Marco
289Regulatório(segurança jurídica) da Cobrança (fonte 116). **Sr. Rodrigo Speziali**
290auxiliado pelo **Sr. Giordano Bruno** Ação 2 -Ações para descontingenciamento dos
291recursos provenientes do setor hidrelétrico (fonte 134).**Sr Eduardo Cadavid**, auxiliado
292pelo **Sr. Giordano Bruno e Sr. Dalto Favero**. Ação -3- Desenvolvimento de
293indicadores para avaliação da cobrança.- 3.1- Acompanhamento da implementação da
294cobrança nas Bacias onde já foi implementado o instrumento.-3.2- -Preparação de
295relatórios de avaliação da aplicação da cobrança pelo uso da água, no CEIVAP e PCJ,
296bem como relatório do estágio de implantação nos demais comitês, contendo
297conclusões e propostas de encaminhamento. **Sr. Eduardo Cadavid, Jairo Lousa e**
298alguém do saneamento- Ação 4- Análise de impacto da cobrança sobre os usuários .
299Não se apresentaram candidatos para o aprofundamento da Ação 5- Estudos de
300viabilidade e alternativas de financiamento para implementação da política de recursos

301hídricos com suas interfaces com a cobrança.-5.1- Avaliação de compatibilidade dos
302trabalhos da CTCOB e resoluções do CNRH referentes à cobrança, com as diretrizes,
303metas e programas do PNRH. **Srs. Eduardo Cadavid, Dalto Favero e Eneas**
304**Machado**- Ação 6- Procedimentos Fluxos Critérios e Metodologia de Cobrança.-6.1-
305Mecanismos alternativos para procedimentos dos fluxos financeiros para a cobrança
306pelo uso da água, incluindo caminhos para aplicação de recursos reembolsáveis . Um
307representante do Nordeste deverá ser convidado para sugerir o aprofundamento da
308ação 7- Avaliação da cobrança frente as especificidades regionais. Para a ação 7, foi
309recomendado que deveria ser feito um convite para os CERH participarem do processo
310de aprofundamento do tema. Foi sugerido ainda uma consulta aos CERH no que diz
311respeito à posição do colegiado sobre o instrumento cobrança. Ficou entendido que
312espera-se, inicialmente, que os membros da CTCOB elencados anteriormente, deverão
313apresentar uma estratégia ou plano de trabalho, sugerindo a forma para abordar ou
314aprofundar os temas. Foi recomendado também uma maior aproximação da CTCOB
315com as demais CTs que tratam da cobrança nos CERH, a intenção é de no mínimo
316acompanhar a pauta dos Comitês e suas respectivas CTs. Quando dos assuntos
317gerais, o **Sr. Rodrigo Speziali** informou que foram retomadas as discussões para
318concluir e publicar o livro que tratará da Cobrança pelos Recursos Hídricos, com
319capítulos escritos pelos diversos setores usuários. Como já haviam sido escritos alguns
320tópicos, o **Sr. Jaildo Santos** sugeriu que fossem devolvidos aos autores para
321atualização. Foi recomendado retomar as discussões sobre o pagamento ou não por
322parte das PCHs pelo uso da água, sugeriu-se contato com o MME e ANA a respeito.
323Foi recomendado uma normatização sobre a participação anual dos comitês que
324implementaram a cobrança , na CTCOB como ocorreu em fevereiro. Foi recomendado
325ainda que as reuniões itinerantes continuassem como uma forma de estimular o
326conhecimento da Política de Recursos Hídricos e seus instrumentos e o próprio
327sistema. O **Sr. Dalto Favero** argumentou que até o CNRH deveria também promover
328reuniões fora de Brasília. Às 12h:40 o Presidente da CTCOB encerrou a reunião,
329agradecendo a presença de todos e em especial agradeceu a ajuda e apoio da SRH-
330BA que viabilizou a realização da reunião, na pessoa do seu diretor **Júlio Rocha**.

331
332
333
334
335

336 Ata aprovada na 50.ª Reunião da CTCOB, realizada no dia 19 de junho de 2007

337

338

339 Rodrigo Speziali de Carvalho

340 Presidente da CTCOB

341

342

343 Ednaldo Mesquita Carvalho

344 Relator da CTCOB